

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

3 ° TRIMESTRE DE 2023

Rio de Janeiro
30 de setembro 2023



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Balço Patrimonial em

(em milhares de reais)

	Notas	30/09/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes	5	38.118	30.622
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	6	2.797	1.526
Adiantamentos Concedidos	7	2.493	792
Despesas Antecipadas	8	2.727	2.579
		46.135	35.519
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Tributos a Recuperar ou Compensáveis	6	177	164
Depósitos Judiciais	9	4.676	4.399
Despesas Antecipadas	8	-	281
Imobilizado	10	5.808	6.831
Intangível	11	3.044	4.179
		13.705	15.854
TOTAL DO ATIVO		59.840	51.373
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores Nacionais	12	805	305
Obrigações Fiscais	13	1.879	986
Obrigações Trabalhistas e Sociais	14	18.029	14.314
Provisões para Contingências	15	-	2.825
Obrigações com a Cessão de Pessoal		26	26
Previdência Privada Complementar	16	680	668
		21.419	19.124
Não Circulante			
Provisões para Contingências	15	11.532	7.040
		11.532	7.040
Patrimônio Líquido			
Capital Social	17	31.019	28.469
Adiant para Futuro Aumento de Capital	18	246	2.550
Prejuízos Acumulados	19	(4.376)	(5.810)
		26.889	25.209
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		59.840	51.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstração do Resultado em

(em milhares de reais)

	Notas	30/09/2023 (Acumulado)	30/09/2023 (Trimestre)	30/09/2022 (Acumulado)	30/09/2022 (Trimestre)
RECEITA LÍQUIDA		-	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21				
Remunerações		(33.532)	(11.169)	(31.052)	(10.400)
Encargos Sociais		(9.807)	(3.303)	(8.969)	(3.027)
Benefícios		(4.701)	(1.631)	(4.562)	(1.555)
Serviços de Terceiros		(6.530)	(1.250)	(4.141)	(794)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(3.621)	(1.250)	(3.134)	(1.142)
Gerais da Administração		(3.187)	(1.240)	(2.668)	(982)
Impostos, Taxas e Contribuições		(248)	(80)	(221)	(71)
		(61.626)	(19.923)	(54.747)	(17.971)
RESULTADO BRUTO		(61.626)	(19.923)	(54.747)	(17.971)
DESPESAS OPERACIONAIS	21				
Remunerações		(13.406)	(4.460)	(13.263)	(4.499)
Encargos Sociais		(3.909)	(1.310)	(3.969)	(1.334)
Benefícios		(2.058)	(708)	(2.061)	(711)
Materiais		(23)	(7)	(128)	(15)
Serviços de Terceiros		(4.249)	(1.592)	(4.222)	(1.253)
Impostos, Taxas e Contribuições		(516)	(250)	(751)	(302)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(3.971)	(1.322)	(3.620)	(1.235)
Gerais da Administração		(2.438)	(812)	(2.925)	(1.014)
Provisão para contingências		(16)	-	(236)	(58)
		(30.586)	(10.461)	(31.175)	(10.421)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS					
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	22	91.361	27.759	79.339	25.626
Reembolso de Custos e Despesas - Leilões ANEEL	23	4.162	2.238	6.223	2.833
Reversão de Provisões para Contingências		12	12	23	-
Recuperação de Despesas e Custos		43	1	70	69
Outras receitas		-	-	372	(54)
		95.578	30.010	86.027	28.474
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		3.366	(374)	105	82
Receitas Financeiras	24	487	189	940	223
Despesas Financeiras	24	(1.664)	(701)	(803)	(201)
		(1.177)	(512)	137	22
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		2.189	(886)	242	104
Despesa com Provisões de IRPJ e CSLL	25	(755)	120	(207)	(70)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.434	(766)	35	34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado Abrangente em
(em milhares de reais)

	<u>30/09/2023</u> <u>(Acumulado)</u>	<u>30/09/2023</u> <u>(Trimestral)</u>	<u>30/09/2022</u> <u>(Acumulado)</u>	<u>30/09/2022</u> <u>(Trimestral)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.434	(766)	35	34
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	1.434	(766)	35	34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
 CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido em
 (em milhares de reais)

Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021 reapresentado	26.211	2.258	(2.983)	25.486
Aumento de Capital	2.258	(2.258)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	-	1.886	-	1.886
Ajustes retrospectivos	-	-	375	375
Lucro do Exercício	-	-	35	35
Saldos em 30/09/2022	28.469	1.886	(2.573)	27.782
Saldos em 31/12/2022	28.469	2.550	(5.810)	25.209
Aumento de Capital	2.550	(2.550)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	-	246	-	246
Lucro do Exercício	-	-	1.434	1.434
Saldos em 30/09/2023	31.019	246	(4.376)	26.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de reais)

	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do Exercício	1.434	35
Ajuste de Reclassificação - Recebimento de Subvenções	(91.361)	(79.339)
Ajustes retrospectivos	-	375
Depreciação / Amortização	2.421	2.209
Adições/Atualizações/Reversões nas provisões para contingências	1.667	724
Atualização/tributos a compensar/Depósitos Judiciais	(355)	-
Varição nos saldos de ativos e passivos		
Adiantamentos concedidos	(1.701)	(1.851)
Despesas antecipadas	133	(497)
Depósitos judiciais	(105)	-
Impostos a recuperar	(1.101)	(1.043)
Fornecedores	500	855
Obrigações tributárias	893	(715)
Obrigações trabalhistas e sociais	3.715	5.190
Outras obrigações	12	50
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(83.848)	(74.007)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Intangível	-	(45)
Aquisição de Imobilizado	(263)	(1.812)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(263)	(1.857)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	91.361	79.339
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	246	1.886
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	91.607	81.225
Varição caixa e equivalentes de caixa	<u>7.496</u>	<u>5.361</u>
No início do exercício	30.622	31.909
No fim do exercício	38.118	37.270
Varição caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.496</u>	<u>5.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Valor Adicionado em
(em milhares de reais)

	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
Receitas		
Subsídios Públicos	91.361	79.339
Outras Receitas	4.205	6.688
	95.566	86.027
Insumos		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	16.941	14.866
	16.941	14.866
Valor Adicionado Bruto	78.625	71.161
Depreciação e Amortização	2.421	2.209
Valor Adicionado Líquido produzido	76.204	68.952
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	487	940
	487	940
Valor Adicionado Total a Distribuir	76.691	69.892
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	48.992	46.084
Benefícios	6.759	6.623
FGTS	3.790	3.571
Contingências/indenizações trabalhistas	4	-
	59.545	56.278
Governos (Impostos, taxas e contribuições)		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	11.088	10.228
Estaduais (inclui IPVA)	22	20
Municipais	335	298
	11.445	10.546
Remuneração do capital de terceiros		
Juros, multas e atualizações monetárias	1.664	803
Alugueis	2.603	2.073
Outras	-	157
	4.267	3.033
Remuneração dos capitais próprios		
Lucro (prejuízo) do exercício	1.434	35
	1.434	35
Valor Adicionado Total Distribuído	76.691	69.892

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 15ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2023.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidades assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Dotação Orçamentária da EPE totalizou no final de setembro o valor de R\$ 150,1 milhões. Esse montante é suficiente para que a empresa arque com todas as suas despesas discricionárias e obrigatórias não havendo Limitação de Empenho e Pagamento inferiores à necessidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

C) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

D) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

E) DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aprovada pela direção executiva em 14 de novembro de 2023 e sua divulgação autorizada pelo conselho de administração.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2023, que possam impactar as demonstrações da companhia.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	30/09/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros		
<u>Custo amortizado</u>		
Caixa e equivalente de caixa	38.118	30.622
	38.118	30.622
Passivos Financeiros		
<u>Custo amortizado</u>		
Fornecedores	805	305
	805	305

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Empresa adota a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	8.744	4.082
B - Recursos Próprios	29.374	26.540
Total	38.118	30.622

6. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSÁVEIS

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
COFINS a Recuperar	2	1
IRPJ Estimativa 2023	341	-
CSLL Estimativa 2023	81	-
IRPJ Estimativa 2022	732	668
CSLL Estimativa 2022	293	268
IRPJ Estimativa 2021	329	304
CSLL Estimativa 2021	126	116
IR a compensar – pagamento a maior	23	21
CSLL a compensar – pagamento a maior	149	138
Antecipação de IRRF - 0561	-	161
COSIRF	2	2
IRRF a restituir	3	-
IRRF a compensar	888	6
ISS a restituir	5	5
Total	2.974	1.690

Foram reclassificados os créditos referentes a IR e Contribuição Social a compensar sobre pagamento indevido, o ISS a restituir para o longo prazo por não existir previsão no curto prazo para utilização dos referidos créditos:

Curto Prazo:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
COFINS a recuperar	2	1
Antecipação de IRRF – 0561	-	161
IRPJ Estimativa 2023	341	-
CSLL Estimativa 2023	81	-
IRPJ Estimativa 2022	732	668
CSLL Estimativa 2022	293	268
IRRF a restituir	3	-
IRPJ Estimativa 2021	329	304
CSLL Estimativa 2021	126	116
COSIRF a restituir	2	2
IRRF a compensar	888	6
Total	2.797	1.526

Longo Prazo:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
IR a compensar – pagamento a maior	23	21
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	149	138
ISS a restituir	5	5
Total	177	164

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	30/09/2023	31/12/2022
Adiantamento para órgãos federais	27	-
Adiantamento de Férias	150	792
Adiantamento de 13º Salários	2.316	-
Total	2.493	792

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R\$ 2.727 apropriados no curto prazo do exercício de 2023, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Prêmio de seguros	37	182
Assinaturas e anuidades	992	997
Provedores de informação	208	123
IPTU a apropriar	112	-
Manutenção de software ¹	1.378	1.277
Totais	2.727	2.579

¹ Contempla o pagamento ao Cepel no valor de R\$ 162 em dezembro referente a manutenção anual dos softwares recebidos em doação.

Longo Prazo:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Manutenção de Software	-	281
Totais	-	281

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Tributários (i)	4.075	3.928
Trabalhistas (ii)	434	310
Cíveis (iii)	167	161
Total	4.676	4.399

- (i) Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.
- (ii) Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS – TR + 3% ao ano – e a partir desta data pelo índice da Poupança.
- (iii) Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30.09.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Instalações	10%	2.400	(659)	1.741	1.921
Máquinas e equipamentos	10%	792	(731)	61	77
Equipamentos de informática	20%	11.709	(7.878)	3.831	4.644
Móveis e utensílios	10%	2.202	(2.027)	175	189
Total		17.103	(11.295)	5.808	6.831

A movimentação do período está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de Depreciação	30.09.2023 Líquido
Instalações	1.921	-	-	(180)	-	1.741
Máquinas e equipamentos	77	-	-	(16)	-	61
Equipamentos de informática	4.644	247	-	(1.060)	-	3.831
Móveis e utensílios	189	16	-	(30)	-	175
Total	6.831	263	-	(1.286)	-	5.808

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30.09.2023 Líquido	31.12.2022 Líquido
Software	20%	12.791	(9.747)	3.044	4.179
Total		12.791	(9.747)	3.044	4.179

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2022 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	30.09.2023 Líquido
Software	4.179	-	-	(1.135)	-	3.044
Total	4.179	-	-	(1.135)	-	3.044

12. FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R\$ 805 tem como principais fornecedores a serem pagos em outubro de 2023:

Fornecedores	30/09/2023
IHS Informações LTDA	160
Time Clean Soluções e Serviços	120
MGS Clean Soluções e Serviços	119
Viena Empreendimentos Ltda	84
Agência de Integração Escola Ltda	72
Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa	55
Gestão Quantum Centro de Processamento Contabil	30
Informa Markets Ltda	27
IOS Informática, Organização e Sistemas Ltda	20
Brasoftware Informática	18
Exactus Consultoria Atuarial Ltda	16
Gestão Quantum de Processamento Contábil	15
Windsor ADM. De Hotéis e Serviços	12
Outros	57
	805

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
PIS e COFINS	129	98
IRRF s/ salários	1.731	858
INSS retido	19	30
Total	1.879	986

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Salários a pagar	3.316	3.297
Provisões de férias, 13º salário e encargos	13.063	9.084
Rescisão a pagar	-	11
INSS a recolher	1.252	1.314
FGTS a pagar	398	608
Total	18.029	14.314

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (tributária, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE.

Até setembro de 2023 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R\$ 11.532, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/09/2023
Trabalhistas	3.229	1.386	4	-	4.619
Tributárias	6.634	917	-	(640)	6.911
Cível	2	-	-	-	2
Total	9.865	2.303	4	(640)	11.532

Trabalhistas

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado até 30/09/2023, conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse valor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se aos processos de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados abaixo:

Processo nº: 04/354158/2008

Objeto: Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. Valor estimado: R\$ 2.423.

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400

Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R\$ 4.075.

Processos Cíveis

Refere-se ao processo originado do auto de infração pelo não registro da EPE no CREA/RJ.

B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2022	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/09/2023
Trabalhistas	315	40	13	(13)	355
Ambiental	4	-	-	(3)	1
Cíveis	5.044	449	-	(1.742)	3.763
Tributárias	8.676	14	-	(140)	8.550
Total	14.039	515	13	(1.898)	12.669

16. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
A – Contribuições da Patrocinadora	342	336
B – Contribuições dos Empregados	338	332
Total	680	668

17. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R\$ 31.019 em 30 de setembro de 2023. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 17 de abril de 2023.

18. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI N° 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI n° 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2023 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até setembro de 2023 foi de R\$ 246, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
0100000000	2023PF000017	30/03/2023	2023PF000017	30/03/2023	16
0100000000	2023PF000023	25/04/2023	2023PF000282	26/04/2023	12
0100000000	2023PF000033	02/08/2023	2023PF000519	03/08/2023	204
0100000000	2023PF000036	11/09/2023	2023PF000585	13/09/2023	14
TOTAL RECEBIDO					246

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

Na 15ª AGE realizada em 17/04/2023 foi aprovada a proposta da administração de aumentar o capital social da companhia de R\$ 28.469 para R\$ 31.019, mediante a incorporação de recursos recebidos a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no montante de R\$ 2.550, sem emissão de novas ações, a ser subscrito e integralizado pela União, bem como da subsequente alteração do art. 7º do Estatuto Social, de modo a expressar o novo valor do capital social da companhia nos termos do art. 167 da Lei nº 6.404, de 1976.

19. PREJUÍZOS ACUMULADOS

Até o 3º trimestre de 2023, foi apurado um lucro contábil de R\$ 1.434, resultando em um prejuízo acumulado de R\$ 4.376, conforme quadro abaixo:

(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.810)
Lucro do período	1.434
(-) Prejuízos acumulados saldo em 30 de junho de 2023	(4.376)

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2022 de acordo com o Plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais–SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	R\$ 35	R\$ 12 (*)	R\$ 23
Empregados - Nível Médio	R\$ 32 (**)	R\$ 4	R\$ 8
Empregados - Nível Superior	R\$ 32 (***)	R\$ 12 (****)	R\$ 19

(*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(***) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(****) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 30/09/2023:

Descrição	R\$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	19
Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	13
Quantidade de empregados contratados	267
Gasto médio com previdência privada	332
Gasto médio com benefícios a empregados	440

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	30/09/2023	30/09/2022
Custos e despesas por função		

Custos dos serviços prestados	(61.626)	(54.747)
Despesas operacionais	(30.586)	(31.175)
	(92.212)	(85.922)

Custos e despesas por natureza

Pessoal (i)	(67.413)	(63.876)
Materiais	(23)	(128)
Serviços de Terceiros (ii)	(10.779)	(8.363)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(7.592)	(6.754)
Gerais da Administração (iv)	(5.625)	(5.593)
Impostos, Taxas e Contribuições	(764)	(972)
Provisão para contingências	(16)	(236)
Total	(92.212)	(85.922)

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$ 38.153), provisões de férias (R\$ 4.377), abono pecuniário de férias (R\$ 488), 13º salário (R\$ 3.569), Incorporação Função gratificada – Ordem Judicial (R\$ 46), encargos sociais – INSS e FGTS (R\$ 13.716), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R\$ 171), indenizações trabalhistas (R\$ 134) e benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$ 6.759) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de setembro/2023.

(ii) Os valores apropriados até setembro/2023, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$ 3.527), serviços de apoio técnico profissional (R\$ 2.117), requisição de pessoal (R\$ 238), treinamentos (R\$ 1.030), estagiários (R\$ 576), serviços prestados por pessoas físicas (R\$ 12), processamento de dados (R\$ 24), manutenção de equipamentos de informática (R\$ 209), serviço fiscal/tributário (R\$ 160), despesa com jovem aprendiz (R\$ 32), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$ 2.652), Serviços de Clipping de Multimídia (R\$ 36) e despesas com locação de veículos (R\$ 166).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até setembro/2023, relativos a aluguéis (R\$ 2.520), energia elétrica (R\$ 639), telecomunicações (R\$ 20), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$ 2.421), Aluguéis de equipamentos (R\$ 82), serviços de limpeza e higiene (R\$ 570), serviços gerais (R\$ 361), condomínio (R\$ 954), manutenção e reparos (R\$ 23), correios e malotes (R\$2).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$ 823), honorários conselhos (R\$ 284), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$ 1.690), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$ 2.572), despesas legais e judiciais (R\$ 9), honorários comitê auditoria (R\$ 101) e seguro de responsabilidade civil (R\$ 146) apropriadas no período de janeiro/23 a setembro/2023.

22. SUBSÍDIOS DO TESOUREIRO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

23. REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão.

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>30/09/2023</u>	<u>30/09/2022</u>
Rendas de Variações Monetárias ¹	487	940
Total	487	940

Despesas financeiras

Variações monetárias ²	(1.664)	(803)
Total	(1.664)	(803)
Resultado financeiro líquido	(1.177)	137

¹ O saldo da conta representa os valores apurados relativos às receitas com atualização monetária de depósitos judiciais e impostos a recuperar (R\$ 482) e descontos obtidos (R\$ 5).

² Despesas com atualização monetária sobre provisões para contingência (R\$ 1.663) e juros pagos (R\$ 1).

25. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

- a) Em 2023 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

	30/09/2023		30/09/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	2.189	2.189	242	242
Adições	1.858	1.858	1.244	1.244
Exclusões	(12)	(12)	(23)	(23)
Base de cálculo antes das compensações negativas	4.035	4.035	1.463	1.463
Alíquota utilizada para cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total dos incentivos fiscais	(187)	-	(163)	-
DESPESA IRPJ/CSLL	501	254	75	132
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(842)	(335)	(668)	(268)
CRÉDITO DE IRPJ/CSLL	(341)	(81)	(593)	(136)

- b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

	30/09/2023	30/09/2022
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	2.189	242
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(744)	(82)
Reconciliação para a taxa efetiva		
Adições:		
Licença paternidade e maternidade prorrogada	(58)	(53)
Provisões de processos trabalhistas	(6)	(78)
Provisão de processos/Variações monetárias	(565)	(275)
Outras adições	(3)	(17)
Exclusões:		
Reversão de provisão de processos cíveis	4	8
Lucro real antes compensação de prejuízos fiscais		
Compensação base negativa e prejuízo fiscal	412	109
Lucro real após compensação de prejuízos fiscais		
Diferença do adicional de 10%	18	18
Incentivos fiscais	187	163
Imposto de renda e contribuição social corrente	(755)	(207)

Alíquota efetiva

34,49%

85,54%

26. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 2º Trimestre de 2023, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

A EPE é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetuada pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados, pela EPE, para compor o quadro e de diretores, conselheiros e membros de comitê de auditoria. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, gratificações e benefícios de curto prazo.

	30/09/2023	31/12/2022
Diretores	823	1.725
Conselheiros de Administração e Fiscal	284	387

Quadro 2 – Transações com o Estado de São Paulo

R\$	30/09/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Ressarcimento a Universidade do Estado de São Paulo - USP	-	25

A EPE possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A EPE não efetua e não recebe ressarcimento de servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

Quadro 3 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para EPE

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Auditor Interno	Requisitado	CGU	Não
Assessor de Diretor	Requisitado	STJ	Sim

Quadro 4 – Servidores/empregados cedidos da EPE para outros órgãos

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Analista de Pesquisa	Requisitado	MME	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	MME	Não
Analista de Pesquisa	Requisitado	GSP	Sim

Analista de Pesquisa	Requisitado	Eletronuclear	Sim
Analista de Pesquisa	Requisitado	CETESB	Sim
Analista de Gestão	Movimentado	ANP	Não
Analista de Gestão	Movimentado	MPOG	Não

De acordo com capítulo 3, artigo 17 de seu Estatuto Social possui os seguintes órgãos estatutários remunerados em sua estrutura: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. O Quadro abaixo apresenta a composição dos cargos estatutários ocupados por servidores/funcionários da administração pública:

Quadro 5 – Diretores/Conselheiros da Administração Pública

CARGO NA EPE	ORGÃO
Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Agência Nacional de Energia Elétrica
Diretor de Estudos de Petróleo, Gás, e Biocombustíveis – DPG	Agência Nacional do Petróleo
Conselheiro de Administração (um)	EPE
Conselheiro de Administração (dois)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Fazenda
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Gestão e Inovação
Conselheiro Fiscal (dois titulares e dois suplentes)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro Fiscal (um titular e um suplente)	Ministério da Fazenda

Informações adicionais:

- Diretores cedidos à EPE: ANEEL e ANP. Nenhum dos dois órgãos recebe ressarcimento. Não há pagamento de INSS nem FGTS.
- Para os conselheiros que possuem cargo estatutário não há recolhimento de INSS, para os demais há recolhimento de INSS.
- Auxílio-moradia: Não há auxílio-moradia para diretores e conselheiros.

Partes Relacionadas com Pessoa Jurídica

Acordos de cooperação técnica

Conveniente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
<u>Escola Nacional de Administração Pública - ENAP</u>	Descentralização de Crédito Orçamentário e Financeiro nº 2023NC000001	Realização de ações de desenvolvimento de curta duração na modalidade remoto voltados aos servidores públicos	19/04/2023 a 31/12/2023
<u>Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação Técnico-Operacional que entre si celebram a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para fins de intercâmbio de dados e informações e elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. Fundamento: art. 5º, § 2º, inciso I do Estatuto Social da EPE	31/08/2023 a 30/08/2028
<u>Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Organização do 15º Clean Energy Ministerial (CEM) e 9ª Reunião Ministerial da Mission Innovation (MI)	16/03/2023 a 16/03/2024
<u>Agência Nacional de Petróleo – ANP</u>	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	11/01/2023 a 10/01/2028
<u>Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)</u>	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026

<u>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Estudar a viabilidade de instrumento de transferência de recursos financeiros das empresas de óleo e gás (O&G) para atividades de sequestro e armazenagem de carbono no setor florestal, a título de compensação de emissões de carbono, e o alcance de outros benefícios coletivos relacionados à água, biodiversidade, controle de erosão, equilíbrio do microclima, dentre outros, em consonância com PLANO DE TRABALHO.	07/07/2021 a 07/01/2023
<u>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas.	27/07/2022 a 27/01/2025
<u>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE</u>	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições.	28/07/2020 a 28/07/2025
<u>Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Instituir a cooperação dos partícipes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil.	11/06/2021 a 11/06/2026
<u>Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil</u>	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as diretrizes sob as quais os partícipes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia.	03/09/2021 a 03/09/2025

27. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Ativo Circulante	46.108	46.135	27
Ativo Não Circulante	13.735	13.705	(30)
Total do Ativo	59.843	59.840	(3)

Passivo Circulante	20.393	21.419	1.026
Passivo Não Circulante	11.118	11.532	414
Patrimônio Líquido	28.332	26.889	(1.443)
Total do Passivo e Patrimônio líquido	59.843	59.840	(3)

A conciliação apresentou uma diferença no total de R\$ 3. Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O ativo circulante apresentou uma diferença de R\$ 27 conforme demonstrado na tabela abaixo. Adiantamento a Órgãos Federais refere-se a TED enviado a ENAP.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Adiantamento Concedidos	2.466	2.493	(27)
Total	2.466	2.493	(27)

b) O ativo não circulante apresentou diferenças líquidas no valor de R\$ (30), referente registro na conta software efetuado após o encerramento do SIAFI.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Intangível	3.074	3.044	(30)
Total	3.074	3.044	(30)

c) O passivo circulante apresentou uma diferença de R\$ 1.026, impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais e obrigações trabalhistas em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Fornecedores	640	805	165
Obrigações Fiscais/Retenções tributárias	1.538	1.879	341
Obrigações Trabalhistas e Sociais/Cessão de pessoal/Previdência privada complementar	18.215	18.735	520
Total	20.393	21.419	1.026

d) A variação no passivo não circulante ocorreu em função da inclusão de novas provisões que serão regularizadas no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Provisões para Contingências	11.118	11.532	414
Total	11.118	11.532	414

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

28. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 30 de setembro de 2023, é assim demonstrada:

Modalidade	Montante cobertura	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 195	31/12/2023

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

THIAGO GUILHERME FERREIRA PRADO
Presidente
Diretor de Estudos de Energia Elétrica (interino)

GIOVANI VITÓRIA MACHADO
Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e
Ambientais

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

ANGELA REGINA LIVINO DE CARVALHO
Diretora de Gestão Corporativa

SANDRO DA SILVA ABILIO
Contador – CRC-RJ 093927/0

3Q.2023 - Demonstrações Intermediárias - EPE.pdf

Documento número #cf0fbce9-b974-48b8-8124-d0e3873810a0

Hash do documento original (SHA256): 6c36543d6be61cb050dcd6a6266f24953bbf11b826f117f4a11ee3bc9e87900d

Assinaturas

✓ **Thiago Guilherme Ferreira Prado**

CPF: 857.938.841-49

Assinou em 14 nov 2023 às 16:02:37

✓ **Giovani Vitória Machado**

CPF: 010.229.197-76

Assinou em 15 nov 2023 às 15:47:30

✓ **Heloisa Borges Bastos Esteves**

CPF: 086.693.437-54

Assinou em 14 nov 2023 às 16:46:39

✓ **Angela Regina Livino de Carvalho**

CPF: 029.716.487-29

Assinou em 14 nov 2023 às 15:59:10

✓ **Sandro da Silva Abilio**

CPF: 047.501.187-29

Assinou em 14 nov 2023 às 15:59:30

Log

- 14 nov 2023, 15:54:31 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número cf0fbce9-b974-48b8-8124-d0e3873810a0. Data limite para assinatura do documento: 15 de dezembro de 2023 (18:00). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 14 nov 2023, 15:54:32 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: prado.thiago@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Guilherme Ferreira Prado.

-
- 14 nov 2023, 15:54:32 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: giovani.machado@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Giovani Vitória Machado.
- 14 nov 2023, 15:54:32 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: heloisa.esteves@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Heloisa Borges Bastos Esteves.
- 14 nov 2023, 15:54:32 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: angela.livino@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Angela Regina Livino de Carvalho.
- 14 nov 2023, 15:54:32 Operador com email jessica.magalhaes@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro da Silva Abilio.
- 14 nov 2023, 15:59:10 Angela Regina Livino de Carvalho assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail angela.livino@epe.gov.br. CPF informado: 029.716.487-29. IP: 177.50.57.204. Componente de assinatura versão 1.661.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 nov 2023, 15:59:31 Sandro da Silva Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. CPF informado: 047.501.187-29. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9041 e longitude -43.1812. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.661.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 nov 2023, 16:02:37 Thiago Guilherme Ferreira Prado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail prado.thiago@epe.gov.br. CPF informado: 857.938.841-49. IP: 177.47.116.40. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.900748227467815 e longitude -43.17786961931331. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.661.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 14 nov 2023, 16:46:39 Heloisa Borges Bastos Esteves assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail heloisa.esteves@epe.gov.br. CPF informado: 086.693.437-54. IP: 177.26.245.164. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.622641997393323 e longitude -46.696281113173214. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.661.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 15 nov 2023, 15:47:30 Giovani Vitória Machado assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail giovani.machado@epe.gov.br. CPF informado: 010.229.197-76. IP: 189.122.86.8. Componente de assinatura versão 1.662.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 15 nov 2023, 15:47:30 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cf0fbce9-b974-48b8-8124-d0e3873810a0.
-

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº cf0fbce9-b974-48b8-8124-d0e3873810a0, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.